



ATA N.º 3/2015

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e quinze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

PONTO 2 – PROPOSTA PARA SOLICITAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA O PLANO DE TURISMO DA EUROCIDADE CHAVES-VERIN, AECT. PROPOSTA Nº 67/GAP/15;

PONTO 3 – PROPOSTA DE RESOLUÇÕES SOBRE AS VESPAS DAS GALHAS DOS CASTANHEIROS E PRAGAS DO CASTANHEIRO. PROPOSTA Nº62/GAP/2015;

PONTO 4 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROMESSA DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ANELHE. PROPOSTA Nº 64/GAP/15;

PONTO 5 – AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO 2015/2016. AJUSTE DIRETO Nº22/SC/2015;

PONTO 6 – REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015 INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º36/DGF/2015;

PONTO 7 – LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. PROPOSTA Nº17/SC/2015;

PONTO 8 – APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – 2014. INFORMAÇÃO Nº37/DGF/2015;

PONTO 9 – REALIZAÇÃO DE DESPESA, COM ENCARGOS EM MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO / SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº38/DGF/2015;

PONTO 10 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPÇÃO DE VENDA DAS AÇÕES DETIDAS PELO MUNICÍPIO DE CHAVES NO MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE “ÁGUAS DE PORTUGAL, S.A.”; - CONCESSÃO DE CREDENCIAL LEGAL PARA INICIAR AS NEGOCIAÇÕES. PROPOSTA Nº 81/GAP/2015;



PONTO 11 – CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES, PARA CONSULTA DE FORNECEDORES NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICAS ÀS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO (EDIFÍCIOS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA).INFORMAÇÃO N.º 058/DRO/2015;

PONTO 12 - RECONSTRUÇÃO/ALTERAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, PEDIDO DE CERTIDÕES DE LOCALIZAÇÃO, ISENÇÃO DE IMI E IRS – CARLOS GARCIA ANTUNES – RUA DIREITA N.º 167 E 169, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DE 17.03.2015;

PONTO 13 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE 3 CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DIVISÃO DE SUSTENTABILIDADE E COMPETITIVIDADE, E UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU – DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO. PROPOSTA Nº 72/GAP/2015.

Estiveram presentes 73 membros da Assembleia Municipal.

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Maria Manuela Pereira Tender

Francisco José Gonçalves Oliveira

José Carlos Costa Matos da Conceição

Anselmo José Martins

José António Trindade Mendes

Manuel Guerra Afonso

Faltou:

Ernesto Salgado Areais

Antes do Período da Ordem do Dia **o Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha** da CDU usou da palavra para prestar homenagem ao Senhor António Lucas Gonçalves Almeida, recentemente falecido, pelo seu contributo em favor do poder autárquico e da população do Concelho, como membro desta Assembleia Municipal após o “25 de Abril” nas primeiras eleições da era democrática.

O Senhor Deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS, depois de cumprimentar os presentes, usou da palavra para apresentar um voto de pesar e prestar homenagem ao Senhor Dr. Benjamim Ferreira, falecido no dia de hoje, pelo trabalho desenvolvido ao serviço da população de Chaves quando exerceu funções de autarca no Executivo Municipal e ainda como Presidente do Turismo do Alto Tâmega e Barroso. Pediu que fosse comunicado à família as condolências e uma palavra de estímulo, dos membros desta Assembleia.

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da entrada na Mesa de três requerimentos subscritos pelo Grupo Municipal do PS pedindo várias informações/documentos à Câmara Municipal.



Deu também conhecimento de uma Moção subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, que foi lida pela Senhora deputada Márcia de Jesus Teixeira e que se transcreve.

“O associativismo intermunicipal tem como objetivo global contribuir para o bem das populações. Como objetivos específicos, melhorar a prestação de serviços, racionalizar meios, rentabilizar equipamentos e infraestruturas. A existência de equipamentos tais como, hospitais, tribunais, escolas, etc. contribuiu, ao longo dos anos, para a formação da identidade local.

À nova Organização territorial compete respeitar o que a história foi cimentando. Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Chaves que seja aprovada a seguinte

“Moção”:

I – EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS E CONSIDERANDOS

1. Considerando que o fim dos governos civis pretendeu marcar o início do fim dos distritos;
2. Considerando que coexistem diferentes sistemas de organização administrativa ao nível de serviços desconcentrados dos ministérios, uns centrados nos distritos, outros nas NUT III;
3. Considerando a crescente insatisfação da população de Chaves e do Alto Tâmega com a incompreensível concentração de serviços na lógica da capital do distrito;
4. Considerando que os equipamentos públicos são determinantes para o desenvolvimento e sustentabilidade dos territórios;
5. Considerando que urge promover a coesão social e territorial, para se estancar a demolidora erosão demográfica do interior do país;
6. Considerando que as entidades intermunicipais previstas na lei 75/2013, de 12 de setembro constituem unidades administrativas, incluindo para os efeitos previstos no Regulamento (CE) nº. 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, relativo à instituição de uma nomenclatura comum às unidades territoriais estatísticas (NUTS);
7. Considerando que as CIM são responsáveis, por exemplo, pela elaboração e apresentação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, Planos de Ação, mas depois a sua aprovação está dependente da “lógica Distrital”;
8. É objetivo do Grupo Municipal do PSD que se debata, de forma rigorosa e esclarecedora, com os demais partidos políticos e com as organizações representativas da sociedade, a seguinte proposta:

II – DA PROPOSTA

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 24 de junho de 2015, em coerência com as unidades territoriais definidas com base nas NUTS III, que devem refletir uma lógica económica, social, histórica, geográfica, cultural, ambiental e de representação institucional, conferindo racionalidade e harmonia à relação do Estado com a administração local, delibera o seguinte:

1. No âmbito da alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, pugnar pela criação do Circulo Eleitoral do Alto Tâmega correspondente



- à NUT III Alto Tâmega (população residente 2011 – 94.143 habitantes/superfície – 2.922 Km²);
2. Proceder à reorganização dos serviços do estado, com base nas CIM, em áreas como a saúde, a justiça, a segurança social, a educação. Bom exemplo disso tem sido a organização das estruturas do IEPF (Instituto de Emprego e Formação Profissional);
 3. Solicitar aos Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar a adesão, participação e apoio à presente proposta, através de deliberação favorável dos respetivos órgãos executivos e deliberativos;
 4. O envio desta deliberação ao Exmo. Senhor Presidente da República, Senhora Presidente da Assembleia da República, ao Exmo. Senhor Primeiro Ministro, ao Exmo. Ministro dos Assuntos Parlamentares, às Direções Parlamentares da Assembleia da República, às Comunidades Intermunicipais e às Áreas Metropolitanas existentes. Assembleia Municipal de Chaves em 24 de junho de 2015. O Grupo Municipal do PSD”.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse que independentemente de poder haver uma coerência de racionalidade dentro do pensamento na proposta apresentada pelo PSD, esta mostra o falhanço das políticas governamentais nesta área.

Quando há necessidade de invocar uma região que põe a nu as contradições, muitas vezes por nós levantadas, nomeadamente em relação à Comunidade de Trás-os-Montes que nos ligava a Bragança, passando depois para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega mas, ao mesmo tempo, verificamos que as áreas da saúde, a da justiça - não estão organizados dessa forma e a coerência é zero. A incoerência é deste Governo e, eventualmente, do anterior, no sentido de se permitirem fazer organizações do ensino, da saúde, da justiça, ao arropio das organizações territoriais. Registando isso a CDU não pode votar a “Moção” porque entende que não é a altura para rever os círculos eleitorais, que estão definidos há muito tempo e a decisão desta Assembleia Municipal teria de ter, por arrastamento, uma implicação a nível nacional. Toda a reorganização dos círculos eleitorais está baseada nas Comunidades Intermunicipais e nas áreas metropolitanas.

Entendemos que esse assunto não está na ordem do dia. Constatamos dificuldades muito sérias, por parte do PSD, nas funções sociais do estado na região, que estão totalmente desorganizadas na coerência do que devia ser uma unidade territorial, mas não temos condições para subscrever esta Proposta e entendemos que é delicado uma única Assembleia do País iniciar um movimento que pelo que percebi nem sequer está articulado em termos de Alto Tâmega e que em seguida tem implicações, em cascata, sobre toda a organização eleitoral do continente.

Nesse sentido fica registado o voto contra da CDU.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – referiu o registo e captura de imagens a ser feito por uma empresa, que se encontrava no Auditório.



Sobre esta questão reuniram os Grupos Municipais para análise e posterior decisão sobre a recolha, tratamento e difusão de imagens no período em que decorrem os trabalhos da Assembleia Municipal.

Sobre a “Moção” em discussão disse que o PS entende os pressupostos e o postulado da mesma.

Entendemos que a organização administrativa do estado não deve ser assimétrica, mas sim simétrica e coerente no que respeita a todos os serviços do estado. Para além dos que foram elencados acrescentaria ainda a segurança. Ao nível da educação faria todo o sentido que esta questão fosse equacionada, no entanto, queremos deixar à reflexão outras questões.

Relativamente à criação de um círculo eleitoral para as eleições legislativas gostaríamos de saber se foi estudado o processo de aprovação de uma lei desta natureza, para saber se será possível ainda nesta legislatura, ou não. Em meu entender não é oportuna a apresentação desta “Moção” dado que estamos no final da legislatura e numa fase de pré-campanha eleitoral.

Na minha perspetiva o essencial é a discussão do desenho/arquitetura dos serviços, porque isso só acontecerá se este desenho da organização do estado for a nível nacional. Qualquer iniciativa desta natureza só terá alguma viabilidade se for discutida a nível nacional.

Não faria mais sentido estar a discutir aqui a questão da regionalização? Cumprir a estrutura que foi concebida na Constituição da República. Precisamos de uma descentralização séria que seja feita ao nível de uma região; ver as CIM integradas numa grande região. Temo que as CIM sejam o esvaziamento progressivo das competências dos municípios e possam levar à extinção de parte deles.

Quando defendemos uma diferente reorganização dos serviços estamos a pedir ao estado que faça o seu papel e tenha políticas ativas, de coesão social e territorial. Eu defendo os serviços no nosso território porque podem ser um instrumento da administração central para que, efetivamente, o desenvolvimento local e regional possa ser conseguido.

Entendo esta proposta para um desenho diferente, relativamente àquilo que são os serviços do estado, com os quais concordo, mas sugiro que se reflita bem sobre esta questão. Podemos estar a criar o caldo necessário para um enfraquecimento dos municípios, da democracia direta. Como sabemos os órgãos das CIM são eleitos de forma indireta. Que esta “Moção” não sirva para nos distrair do essencial.

Márcia Cristina de Jesus Teixeira do PSD – disse que o único objetivo desta proposta é servir bem as populações e desenvolver o território.

Para mim não é uma distração porque é a minha terra que me preocupa.

O Senhor deputado Manuel Cunha disse haver incoerência no PSD o que não é verdade. Defendi aqui muitas vezes a Comarca do Alto Tâmega, o Senhor Presidente da Câmara defendeu e defende a criação da ULS e portanto, o PSD de Chaves sempre foi e continuará a ser coerente.

Não podemos querer o sol na eira e a chuva no nabal; se queremos a organização dos serviços do estado devemos querer que os círculos eleitorais se façam da mesma forma.

Brigite Raquel Bazenga Vieira T. Gonçalves do PS – cumprimentou os presentes e disse que esta “Moção” não tem nenhum objetivo efetivo ou prático.



Tem um objetivo político para o PSD local que se sente desconfortável porque nestes quatro anos o governo da sua cor nada fez pela região e suas populações. É um PSD que quer a ULS e nada fez para que ela se efetivasse. Também não quer esta organização judiciária mas teve a Senhora deputada do PSD local, a votá-la. Quer autonomizar a CIM mas o Senhor Presidente da Câmara participa em encontros onde é feita a apologia da identidade transmontana. Foi o que aconteceu na sexta feira passada em Vidago no encontro das três CIM, onde eu estive presente, julgando que sairia dali a vontade de discutir a regionalização e a democraticidade das CIM.

O modelo de organização do território que temos não é nada.

Com esta “Moção”, a meu ver, o PSD pretende demarcar-se e ao mesmo justificar o seu apoio ao governo. Entendo que este histórico bairrismo, Chaves de um lado e Vila Real do outro, incentivado pelo Senhor Presidente da Câmara, nos tem prejudicado. Isto chama-se incoerência e vou votar contra a proposta.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e disse lamentar que uma Senhora membro desta Assembleia Municipal confunda a qualidade de anfitrião com outra qualidade.

As três Comunidades Intermunicipais, representadas pelos respetivos Presidentes, as três instituições universitárias que operam na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro representadas pelos seus representantes, e as três Associações Empresariais da mesma Região - ACISAT, NERBA e NERVIR – assinaram um acordo de cooperação para promover o desenvolvimento das três comunidades intermunicipais nas jornadas que estas entidades realizaram em Vidago. Como é natural e habitual o Presidente da Câmara é convidado para esses eventos, na qualidade de anfitrião. Foi nessa qualidade que lá estive para abrir a respetiva sessão.

Com esta proposta não se pretende criar rivalidades entre Chaves e Vila Real, até porque nessas circunstâncias ficamos sempre a perder. Independentemente do partido, os governos que estiveram no poder, até à data, sempre distribuíram os equipamentos em função dos distritos. Aquilo que durante muito tempo se discutiu e chegou até a haver um movimento para criar um Distrito no Alto Tâmega, ele acabou por ser criado pela Comunidade Intermunicipal. Agora é necessário dar-lhe alma.

A Senhora deputada Brigitte, que esteve presente nas jornadas, deve ter ouvido o Presidente da Comunidade Intermunicipal do Douro, a defender rigorosamente o que está vertido nesta “Moção”. Disse que os círculos eleitorais e toda a estrutura se deviam ajustar às comunidades intermunicipais e, conseqüentemente, às áreas metropolitanas. Para isso basta aumentar os círculos eleitorais para vinte e três e em vez de serem em função dos distritos serão em função das comunidades intermunicipais.

Se queremos transformar esta Comunidade Intermunicipal numa comunidade de planeamento que queira promover o desenvolvimento, só desta forma é possível. Se assim não for vai acontecer, sistematicamente, que um Plano de Desenvolvimento Social do Alto Tâmega tenha de ser discutido e aprovado pelo Diretor da Segurança Social de Vila Real.

Já que somos Comunidade Intermunicipal, o que pretendemos com esta “Moção” é dar identidade ao nosso território para melhor o podermos defender.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 47 votos a favor, 1 abstenção e 14 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



Ainda neste período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra os seguintes deputados:

Maria Zélia Valoura do CDS/PP - Cumprimentou os presentes e evocou o cidadão João Domingos Sanches que foi membro desta Assembleia Municipal no mandato 2009/2013.

“João Domingos Gomes Sanches nasceu em Meixide em 17 de Outubro de 1959, frontal, clarividente e amigo do seu amigo pautou a sua vida por um inconformismo epistemológico resultado da sua mundividência. Partiu cedo de junto de nós sem antes nos deixar um legado consubstanciado na sua obra de grande valor social, cultural e antropológico que atravessará os tempos históricos, dignificando a região e o país onde nasceu. Deixo aqui um sentido abraço à família e um até sempre amigo”. Tendo em conta a importância das políticas públicas na área da juventude e constituindo-se os conselhos municipais da juventude como órgãos de consulta autárquicos que congregam várias entidades com perspetivas diferentes e complementares nesta área, não deverá este órgão (Conselho Municipal da Juventude de Chaves) cumprir, pelo menos, a regularidade das reuniões estipuladas na legislação? Não esquecendo que este órgão colegial tem representação noutros organismos nomeadamente no Conselho Municipal da Educação.

Na próxima sexta-feira a Câmara Municipal irá celebrar publicamente um protocolo de colaboração para a promoção do ensino superior profissional do Alto Tâmega com o IPB (Instituto Politécnico de Bragança) e outras entidades e gostaria de saber o que contempla o teor desse acordo e quais as outras entidades locais envolvidas para além do Município.

José Pimentel Sarmento do PSD – cumprimentou os presentes e disse:

“Venho aqui reportar-me a uma “Moção” oportunamente apresentada nesta Assembleia Municipal que aprovou uma homenagem a dois cidadãos que já partiram e que em vida prestaram relevantes serviços à comunidade flaviense e ao Alto Tâmega.

Refiro-me ao Senhor Dr. Cipriano Costa Martins Rodrigues, médico-cirurgião que dedicou toda a sua vida profissional ao serviço da saúde e bem-estar clínico dos cidadãos desta vasta região. Este cirurgião, com meios que nada têm a ver com os atuais, fez autênticos milagres na sua área profissional. Chaves tinha uma unidade hospitalar que era propriedade da Santa Casa da Misericórdia e o Dr. Cipriano Costa era o seu diretor, reconhecido como um dos melhores cirurgiões da região norte. Nunca deixou a sua terra apesar de ter recebido vários convites de outros hospitais.

O outro cidadão é o Senhor Teodoro Freitas que, apesar de não ter nascido em Chaves, para cá veio muito novo e foi aqui que construiu a sua vida familiar e profissional. Criou uma empresa de transportes de passageiros e aluguer, a única na altura em Trás-os-Montes, conhecida como “As Camionetes do Senhor Teodoro”, empresa que fez crescer ao longo dos anos, criando emprego e bem-estar às populações, sendo uma das melhores empresas do norte, com linhas para todo Trás-os-Montes. Hoje a Empresa Auto Viação do Tâmega é uma das maiores empregadoras desta Região.

O Senhor Teodoro foi vereador da Câmara Municipal de Chaves. Era um homem generoso e nobre.



Por tudo isso solicita à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente e à Comissão de Toponímia para estudarem a forma mais apropriada para homenagear estas duas personalidades porque Chaves tem uma grande dívida de gratidão para com eles.

Quero deixar aqui uma nota: todos os dias ouvimos falar do “dia mundial de toda a gente” e eu deixo aqui uma sugestão para que seja criado o dia do autarca, pelas seguintes razões:

Todos os líderes políticos sabem que muitos de nós e outros que não estão aqui, ao longo dos anos servimos o Concelho, quer nas Assembleias e nas Juntas de Freguesia, quer na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal e nunca foram lembrados. Devemos ser generosos e lembrar aqueles que serviram as populações ao longo da sua vida. Deixo como sugestão a criação de uma Comissão para esse efeito e sugiro o dia “25 de Abril” para a sua celebração porque, em meu entender cada vez mais o “25 de Abril” deixa de estar presente entre nós”.

João Augusto Madureira Ferreira do **MAI** – cumprimentou os presentes e deixou os pêsames para os familiares das três pessoas que foram evocadas, nomeadamente o Dr. João Sanches que foi seu colega e amigo, o Dr. Benjamim Ferreira que foi seu professor e também amigo e ao António Lucas que foi seu amigo e seu camarada.

“A minha intervenção é essencialmente para pedir, mais uma vez, ao Senhor Presidente da Câmara que seja feita uma auditoria às contas da Câmara Municipal de Chaves. «Quero viver numa terra de contas limpas, onde o autarca seja uma pessoa de cara lavada, porque nos representa a todos, independentemente de quem votou, ou não nele».

Também peço que seja feita uma auditoria às contas da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. Isto porque me parece que o dinheiro ali sobra.

Os esgotos a céu aberto em Vale Salgueiro são uma vergonha. E aqui ou a Autarquia não se interessa ou é impotente para agir. Este problema já se arrasta há oito anos.

Numa reunião da Câmara Municipal de Chaves o Senhor Vereador da oposição colocou o problema e o Senhor Presidente respondeu que «a responsabilidade pela gestão da estação de tratamento localizada na freguesia de Santo Estevão está confiada à Empresa Águas de Trás-os-Montes. Relativamente aos episódios de poluição ambiental localizados em Vale de Salgueiro, as empresas poluidoras foram notificadas tendo em vista corrigir a situação relacionada com a produção de gorduras e sua incorporação na rede pública sem o prévio e devido tratamento.

Neste contexto uma das empresas já procedeu à instalação de equipamento tendente ao pré-tratamento de tais gorduras. Todas as empresas em causa são da área agroalimentar. A Empresa Águas de Trás-os-Montes está obrigada à construção de um emissário que permita encaminhar tais águas para a estação de tratamento».

Este problema tem oito anos e nesse período o atentado à saúde pública em Outeiro Seco, continua sem resposta. Está a chegar o verão e as perspetivas tendem a piorar.

Também na minha perspetiva a construção foi feito num sítio em que não era legal fazer-se e esta situação só acontece porque está feita num sítio onde não devia estar, senão tinha um emissário e o problema dos esgotos estava resolvido.

O senhor Presidente disse que uma das empresas já procedeu do respetivo equipamento de tratamento mas a verdade é que a situação continua igual. Pelo que



sei, segundo informação de técnicos, terá de ser feito no local um investimento bastante grande. Peço também que se investigue o uso das instalações do mercado abastecedor para fim diferente daquele que lhe está destinado e, atendendo a esse facto, da legalidade da aplicação dos fundos comunitários, neste caso”.

O Senhor deputado António Santana Abelha fez uma interpelação à Mesa, para referir as pessoas que faleceram e antes homenageadas - o António Lucas, o Benjamim Ferreira e o João Sanches – que cada qual à sua maneira, com a sua respetiva ideologia, em áreas diversas e distintas, intervieram o melhor que sabiam e podiam a favor do Município. Pediu que fosse guardado um minuto de silêncio em sua memória.

Manuel justinho Matos Cunha da **CDU** – disse estar solidário com o Senhor deputado João Madureira em dois dos assuntos que focou.

Também entendo que faz sentido continuar a pedir uma auditoria às contas da autarquia e entendo também que é incapacidade do Município ter uma voz pública mais firme sobre a poluição que referiu. Fala-se em candidatar aquela margem do rio Tâmega para zona protegida para observação de aves e é completamente inaceitável a lentidão da solução do problema.

Relativamente à intervenção do Senhor deputado Pimentel Sarmiento eu apresentava duas sugestões. Uma alternativa à data do “25 de Abril” seria a data da primeira eleição para as autarquias locais em 1976, Considero importante o sentido das homenagens, mas entendo que o dia do autarca deve estar sempre voltado para o futuro, ideias, projetos para a região e seria útil coordenar os dois aspetos; homenagem à dedicação dos autarcas e a ambição de que os autarcas continuem a ter um papel no futuro.

A evolução demográfica do concelho é assustadora. Em 1961 havia cerca de cinquenta e três mil habitantes no Concelho, em 2011 cerca de quarenta e três mil e nesta data o número já será menor. Em 1961 a população abaixo dos catorze anos era acima de dezanove mil indivíduos; Em 2011 era pouco mais de cinco mil. Estes números merecem uma reflexão sobre as políticas dos governos e merecem também um projeto complementar da autarquia porque são assustadores.

Em relação ao Hospital é inaceitável a degradação do SNS como um todo. A Unidade Hospitalar de Vila Real tem falta de médicos anestesistas, urologistas, de enfermeiros; houve camas de oncologia que estiveram fechadas por falta de enfermeiros quando temos três mil enfermeiros emigrados, só em Inglaterra. A situação em Chaves está completamente no limite e ainda não começou o período de férias. Não sei como é que o Laboratório e a Radiologia funcionam com o número de técnicos que tem; não sei como é possível manter este hospital a funcionar com níveis de segurança e de dignidade porque a degradação continua. É importante que as pessoas tenham noção disso e das responsabilidades que isso acarreta para o futuro da região.

Na sessão anterior deste Órgão o Senhor Presidente disse reconhecer que o Governo tinha feito pouco ou nada pela nossa região. Mas na reunião do Senhor Primeiro Ministro com os autarcas do PSD da região, só se ouviram elogios, ou então o que saiu para a imprensa foi uma parte da verdade.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse que a tónica das suas intervenções nesta Assembleia Municipal, no último ano e meio, foram sempre de crítica, no sentido de



identificação de um conjunto de constrangimentos e de problemas, todos eles obstáculos e condicionantes do desenvolvimento local e regional.

Tivemos quatro anos de grande desilusão, nomeadamente nos serviços de saúde, em particular na unidade hospitalar de Chaves. O próprio Centro Hospitalar já estará com graves carências de recursos humanos, nomeadamente especialista e enfermeiros, de material clínico e material de consumo corrente, o que é grave.

Tínhamos a ambição de ser discriminados positivamente, relativamente às acessibilidades mas a verdade é que continuamos, todos estes anos, com os preços das portagens mais elevados do país.

Também hoje é mais difícil e oneroso o acesso à justiça ao termos de nos deslocar a Vila Real. Temos aqui dois bens essenciais – saúde e justiça - em que temos vindo a regredir de forma intensa. À saúde e à justiça temos de juntar a educação porque perdemos o ensino superior público em Chaves. Este é mais um fator negativo no nosso combate de afirmação de desenvolvimento local, de criação de condições para que os jovens não fujam/emigrem. Isso significa que temos de encontrar outras formas de fazer com que as pessoas do concelho acreditem que somos capazes de transformar a situação e criar condições para aqui se fixem sobretudo os jovens porque eles são fundamentais para a reposição demográfica.

Se a nível nacional não tivermos sinais claros de discriminação positiva, esperamos que a nível local ela aconteça.

Nos instrumentos que a autarquia tem para agir relativamente ao seu território, percebemos que neste período aumentou o IMI, aumentaram as taxas municipais, aumentou o custo da água. Permitiu-nos verificar que houve empresas e setores locais que foram à falência; é o caso do MARC cujo passivo não aparece espelhado nas contas da Câmara. E quem tem pago os juros do serviço da dívida do MARC?

Se não temos projetos verdadeiramente estruturantes, no sentido de poder acreditar que este concelho tem futuro, e também no domínio daquilo que são as funções essenciais da autarquia, nomeadamente os arruamentos e estradas em condições de circulação. Temos algumas estradas municipais e algumas artérias da nossa cidade que estão em estado deplorável. Também não houve nem se prevê que possa haver um investimento decisivo no que respeita às infraestruturas de água e de saneamento, que são fundamentais para que não haja o tal défice tarifário.

Temos uma Câmara que está com graves problemas de tesouraria, pese embora os empréstimos destinados a pagamentos em atraso, de cerca de vinte dois milhões de euros. Sob o ponto de vista estrutural isto significa que há aqui um problema financeiro. É um problema muito grave porque estamos a falar de recursos fundamentais, essenciais, que podiam ser colocados ao serviço do apoio às Associações, às Freguesias para que possam fazer a limpeza dos seus arruamentos, dos seus caminhos agrícolas, a intervenção em infraestruturas da sua responsabilidade e que não fazem porque não tem recursos. Estamos a falar dos recursos do serviço da dívida. Gastar um milhão e novecentos mil euros em serviço de dívida é muito prejudicial para a Autarquia.

Há uma área em que o Município de Chaves tem feito um investimento notável, é o turismo e particularmente no termalismo com os investimentos feitos nas Termas de Chaves e na construção do Balneário de Vidago. Neste domínio que é chave, temos de saber por o negócio a funcionar, porque agora é que é o momento do saber fazer.



Mas o mais importante é transformar essas infraestruturas no fundamental e que é conseguir criar mercado com clientes de perfil adequado e em número para que, efetivamente, este Concelho e esta Região possam criar uma rede e um plano turismo que beneficie reciprocamente as potencialidades de recursos e produtos turísticos existentes.

Na área da cultura entendemos que na Fundação Nadir Afonso por culpa própria, foi criado um processo com muitos riscos, muitos custos, grandes dificuldades e, provavelmente vai ser difícil que o equipamento possa ser sustentável não só em termos financeiros mas também no âmbito do desenvolvimento local.

Em 2012, o então presidente da Câmara, numa Assembleia Municipal, disse que o investimento era da Autarquia mas que a gestão seria da Fundação.

Depois do diagnóstico feito era importante perceber se temos os instrumentos - que na minha perspetiva serão os últimos – os chamados fundos comunitários, Portugal 20.20; se, efetivamente, vamos conseguir encontrar no Quadro Comunitário as capacidades financeiras necessárias para fazer o que é fundamental. Em meu entender, para além desses recursos financeiros carecemos de umas piscinas cobertas, uma zona de lazer e de recreio adequada, um parque de feiras e exposições. Precisamos de refazer as nossas vias municipais, as nossas infraestruturas de saneamento e de água e precisamos de conseguir transformar os nossos recursos endógenos em produtos com mercado, com capacidade de fixar pessoas. Isso consegue-se com os nossos produtos tradicionais. Para isso a autarquia tem de criar os meios, as redes, os centros, as condições para fazer a concessão, a criação e o desenvolvimento dos produtos. Só fazendo novos produtos, com os mesmos recursos é que, por ventura, conseguiremos ter novo mercado. Que famílias e empresas se possam fixar no nosso Concelho e, por esta via, consigamos fazer coesão social e coesão territorial, no território municipal. Isso só se consegue juntando as empresas, as entidades públicas, a autarquia em particular e os centros de saber. Acredito que desta forma podemos trazer mais desenvolvimento, mais riqueza, fixação de pessoas e de famílias e sobretudo de empresas.

Termino perguntando quais os projetos, que iniciativas e que ações estão a ser trabalhadas e com quem, no sentido de fazer o que é preciso e faz falta neste concelho.

Ana Maria Rodrigues Coelho do **PSD** – cumprimentou os presentes e disse que foram publicados pelo INE, os dados de 2013, relativo ao índice técnico de desenvolvimento regional. Este índice congrega informação de três sub-índices que são a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental, em que o Alto Tâmega aparece em último lugar na listagem nacional, embora nos sub-índices não esteja em último lugar.

Gostava de saber se o Senhor Presidente tem conhecimento desta informação e o que nos pode dizer sobre este assunto.

Estive envolvida no Fórum antes referido e gostava de deixar uma nota de reflexão. O Partido Socialista veio aqui questionar a organização de um Fórum onde estiveram presentes as três entidades das comunidades intermunicipais, os centros de saber e os representantes das empresas e no momento seguinte o Senhor deputado Nuno Vaz vem aqui dizer que tem de se juntar estes três elementos para o desenvolvimento sustentado, o que me parece pouco coerente.



Brigite Raquel Bazenga Vieira T. Gonçalves do PS – pediu a palavra para direito de resposta, dizendo que a intervenção a que a senhora deputada Ana Coelho se referiu, foi sua e foi feita a título pessoal.

Disse não ter questionado a organização do Fórum e muito menos a natural competente participação da Senhora deputada Ana Coelho no mesmo. Que apenas referiu a posição política do Senhor Presidente da Câmara e essa ele já a explicou.

O Senhor Presidente da Mesa, na sequência do pedido formulado pelo Senhor deputado António Abelha, pediu um minuto de silêncio em homenagem aos três cidadãos recentemente falecidos e anteriormente mencionados.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

Sobre a auditoria disse na última Assembleia Municipal que se durante o ano de 2015 não tiver sido marcada a inspeção regular da Inspeção Geral de Finanças que está agendada, em 2016 será feita a auditoria solicitada.

O Senhor deputado Madureira proferiu frases como “terra de contas limpas”, “cara lavada” o que não é digno. O senhor não ponha em causa a dignidade das pessoas porque é muita leviandade da sua parte dizer que não andamos de cara lavada e que as contas não são limpas. Há uma grande tendência em julgar na praça pública aquilo que é competência dos tribunais e o Senhor deputado está a julgar aquilo que não conhece. Somos uma terra de contas limpas e somos gente de cara lavada. Todos. Eu e todos os Senhores deputados presentes e os que já por cá passaram.

Sobre a situação existente em Vale de Salgueiro o problema foi detetado porque o parque empresarial era servido por um sistema insipiente de tratamento de águas residuais que apenas estava preparado para receber efluentes normais. Com a instalação de unidades agroindustriais, surgiu a introdução de gorduras que fez bloquear o sistema e deixou de funcionar.

A Empresa Pastel Nor já instalou uma central depuradora de gorduras que as retira da rede pública de saneamento. A outra empresa lá instalada, os “Prazeres da Terra”, cujo administrador fez uma intervenção na última Assembleia Municipal, ainda não o fez, apesar de ter sido notificada várias vezes. Se assim continuar a solução será retirar-lhe a licença de laboração porque entendemos que as multas não vão resolver já que essa empresa tem um valor significativo de rendas em atraso. Quem não paga renda também não paga multa.

Para limpeza da zona é necessário construir um emissário cuja responsabilidade é da Empresa Águas de Trás-os-Montes, mas se esta não o fizer a Câmara irá fazê-lo.

Dos projetos estruturantes para a área de saneamento que a Câmara Municipal apresentou, no âmbito da Comunidade Intermunicipal para o pacto do Alto Tâmega, consta a construção do emissário do Parque Empresarial a interligar com a rede do sistema das Águas de Trás-os-Montes.

O Mercado Abastecedor não tem qualquer uso indevido dado que esta infraestrutura nasceu para operar como mercado abastecedor e, acessoriamente, de logística da área de bens alimentares perecíveis e não perecíveis e atividades complementares.

Numa segunda fase a autarquia aprovou uma alteração ao loteamento que lhe permitiu a introdução de agroindústrias.

A diminuição da população não se verifica apenas ao nível do Concelho de Chaves. O Senhor deputado Manuel Cunha conhece a projeção nacional para a diminuição de



população em que num cenário mais favorável vamos perder um milhão e quinhentos mil habitantes e no menos favorável são quatro milhões de habitantes?

É verdade que não tem sido fácil fixar população jovem em Chaves e para isso muito tem contribuído o setor público do estado. Se não ganharmos dinâmica ao nível do Alto Tâmega não será possível reverter algumas situações. Se a lógica for sempre a do Mouzinho da Silveira em que tudo vai para a capital do distrito, com todos os governos a fazerem isso, nunca se consegue. É preciso criar uma rede de ensino público simples; universidades de um lado, institutos politécnicos no outro. A diferença entre Vila Real e Chaves está construída através da universidade e o governo que decidiu implantar o ensino superior em Vila Real não olhou às dinâmicas sociais que, entretanto, passaram a existir no território. Se a universidade tem sido criada em Chaves provavelmente teríamos hoje um desenvolvimento superior ao de Vila Real.

Em 1961 não havia universidade em Vila Real; o ensino superior teve início com o Instituto Politécnico em 1973 passando para Universidade em 1986 e hoje tem acima de sete mil alunos.

Estamos preocupados com o Hospital de Chaves e já começamos a preocupar-nos com o Centro Hospitalar.

O Senhor deputado Nuno Vaz repetiu o que vem dizendo, sistematicamente, acerca da situação política do país e voltou a falar as necessidades do Concelho de Chaves e da situação financeira do Município.

Estamos a pagar as dívidas. Nos empréstimos já abatemos cerca de dois milhões de euros e, sendo rigorosos, vamos fazendo o que faz falta. Estamos a concluir projetos estruturantes para o Concelho e como o Senhor deputado disse, e bem, um deles é na área do termalismo. Efetivamente, nesta vertente, temos boas perspetivas e os números demonstram isso mesmo. Em 2013, no período decorrido desde um de fevereiro a finais de junho, tivemos nas Termas 1.315 aquistas; no mesmo período de 2015 temos 2.083. Estamos a gerar atratividade e o período mais forte ainda não se iniciou.

O Protocolo para a gestão e funcionamento do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, já foi assinado mediante aprovação prévia desta Assembleia, embora o Senhor deputado faça questão de continuar a chamar-lhe Fundação. O papel da oposição não é criar entropia mas sim participar no processo de desenvolvimento, criticando o que está mal e dando sugestões para melhorar.

Sobre a captação de empresas temos feito esforços nesse sentido. Amanhã mesmo vem a Chaves uma delegação da AICEP – Agência Portuguesa de Investimento Estrangeiro para o País - que visitará o nosso Parque Empresarial, no sentido de atrair empresas que desejem instalar-se em Portugal. Oportunamente acompanhei uma delegação de potenciais avicultores em visita à Empresa COREN em Espanha, no sentido de incentivar a instalação de aviários em Chaves, dado que aquela empresa garante o escoamento de toda a produção. O Fórum realizado em Vidago foi no sentido de incutir a ideia de que vale a pena investir em Trás-os-Montes e dar sugestões sobre a forma em que isso é possível. Não é fácil porque todos os municípios do país estão a fazer o mesmo.

Esta autarquia tem uma política de captação de empresas absolutamente transparente e aprovada nesta Assembleia Municipal, permitindo o arrendamento ao



valor de um cêntimo o metro quadrado/ano e valores simbólicos para aquisição, sendo na parte industrial de cinco euros/m² e na de logística três euros/m². As empresas podem arrendar e acionam o direito de compra quando entenderam. Temos uma política fiscal também aprovada neste Órgão em que os projetos de interesse municipal veem reduzidas as taxas urbanísticas em função do volume de investimento e, para além disso, também não aplicamos a Derrama a empresas que tenham a sua sede social em Chaves. Neste mundo de competição em que vivemos, numa terra que não tem ensino superior, não é fácil concorrer com outras que oferecem as mesmas condições aos possíveis investidores e tem universidades por perto e outras facilidades que motivam mais os empresários. A desestruturação do Hospital também contribui para que Chaves não seja atrativo.

Ao contrário de Vila Real a Câmara Municipal de Chaves enquanto o Pólo da UTAD funcionou em Chaves teve de suportar despesas com renda das instalações, depois construiu instalações novas e colocou-as à disposição, financiou cursos de verão etc. e mesmo assim não ficou cá. Há municípios que para garantir o acesso dos seus cidadãos à saúde, pagam as despesas inerentes ao prolongamento dos horários dos Centros de Saúde e isso não faz sentido porque o país tem obrigação de garantir direitos iguais a todos os seus cidadãos. Os municípios do interior mais profundo utilizam dinheiros públicos para resolver situações que não são da sua área de competências.

Convido os membros desta Assembleia Municipal para assistirem à assinatura de um Protocolo de Cooperação com o Instituto Politécnico de Bragança que terá lugar no próximo dia 26 - sexta-feira, com a presença do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior. Esse Protocolo visa a implementação em Chaves de cursos superiores técnico profissionais e vai repor, por esta via, o ensino superior público em Chaves. Este aprofundamento de relacionamento com o IPB pode ser o primeiro passo para que venha a ocupar o lugar que a UTAD rejeitou. Nesse Protocolo estão envolvidas a Câmara Municipal de Chaves, a Comunidade Intermunicipal, a Associação Empresarial do Alto Tâmega, os três Agrupamentos de Escolas do Concelho e a Escola Profissional.

Efetivamente no índice técnico de desenvolvimento regional o Alto Tâmega está no final da lista publicada pelo INE e devemos ser nós os seis autarcas do Alto Tâmega a fazer ver ao governo, aos gestores dos programas operacionais que para haver coesão territorial, social e económica, esta região tem de ter uma discriminação positiva. Se formos a uma desagregação, por município e não por NUT III, verificamos que num estudo da Bloome Consulting, a nível regional, Chaves está em 19º lugar na região norte (entre 86 municípios) e no 60º (entre 308) a nível do país. Se estamos mal no Alto Tâmega não é por culpa de Chaves.

João Augusto Madureira Pereira do MAI – pediu novamente a palavra para dizer que o Senhor Presidente não deve fazer-se de virgem ofendida e que vai publicar no jornal a resposta que deu sobre a auditoria.

A minha dúvida surge porque o Senhor Presidente diz que a dívida é de quarenta e três milhões de euros mas há pessoas que fazem outras contas e isso traduz-se numa diferença entre dez a quinze milhões de euros. Se não tivesse feito pressão o Senhor Presidente nunca se lembraria de fazer uma auditoria às contas e para se



saber a verdade tem de ser instituições públicas ou privadas, com critério, que o façam.

Na intervenção anterior falei numa auditoria à Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e o Senhor Presidente não fez qualquer referência e essa situação.

Terminou a sua intervenção dizendo que sobre a questão de Vale de Salgueiros não deve ser passada para o seu partido o ónus de que para se resolver o problema dos esgotos se deve fechar uma empresa.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado João Madureira que antes de ser político é cidadão e que «não é admissível que alguém coloque em causa a minha honorabilidade». Que a condição de político não dá o direito de «fazer coisas» superiores à condição de cidadão. Primeiro a condição de cidadão.

Se não me pronunciei sobre a sua observação acerca da freguesia de Santa Maria Maior é porque não me compete e também acho que não compete a esta Assembleia Municipal fazer qualquer julgamento sobre um órgão autárquico que tem total autonomia administrativa e financeira e que tem órgãos próprios para prestar contas. O Senhor deputado embora não fazendo parte de qualquer Órgão da Freguesia de Santa Maria Maior, pode assistir às reuniões e como cidadão eleitor inscrever-se para intervir sobre o assunto em questão.

Quanto à dívida eu nunca mencionei que o seu valor era de quarenta e três milhões. A esse valor sempre acrescentei outros valores, nomeadamente a dívida do MARC que ainda não aparece nas contas da Câmara porque ainda não foi feita a escritura de internacionalização. Por esse motivo também não tem sido pagos quaisquer juros e o assunto está devidamente negociado com a banca. Para além disso há mais a dívida em litígio com as Águas de Trás-os-Montes e essa sim vem expressa nas contas da autarquia. O que sempre afirmei é que a dívida da Câmara Municipal, no limite, pode chegar aos cinquenta e três milhões de euros.

Há quem queira somar também os processos de expropriações que estão em Tribunal, que não sabemos qual será a decisão final. Se for em função do que foi determinado pela comissão de peritagem, o valor já está depositado. Se for menor a autarquia vai receber dinheiro de volta e se for maior, terá de depositar o que falta. Vamos esperar para ver.

Deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS - disse que se hoje a autarquia está com grandes problemas financeiros não é culpa do PS mas sim de quem fez a sua gestão nos últimos anos e deve assumir a culpa dessa gestão. Não deve querer elogios por estar a refazer o que antes fez mal.

Sobre a questão dos esgotos em Vale Salgueiros gostaria de saber quem licenciou e autorizou o loteamento onde hoje está localizado o Parque Industrial. Quem licenciou as empresas que lá estão instaladas, nomeadamente a “Prazeres da Terra”. Quem é que arrendou e para que finalidade? Não se pode punir algo que foi autorizado de forma prévia.

“Primeiro diz-se que a realidade é muito má e depois diz-se que somos uma terra muito linda e muito desenvolvida; afinal em que é que ficamos?”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que os membros desta Assembleia Municipal foram eleitos para julgar este mandato e o povo vai julga-lo no final.



Este mandato iniciou-se com uma dívida significativa, com falta de alguns equipamentos, com necessidades de investimento, nomeadamente ao nível da rede viária, mas também com obras de grande importância para o Concelho, algumas já concluídas e outras em construção.

No final deste mandato saberemos se diminuimos a dívida, se continuamos a servir as pessoas nas suas necessidades básicas, se continuamos a qualificar o território e aí será o povo a dizer a última palavra.

O Senhor deputado Nuno Vaz perguntou quem licenciou as empresas do parque Industrial. A construção civil foi licenciada pela Câmara Municipal, a licença ambiental foi concedida pelo Ministério do Ambiente e o Ministério de Economia deu a licença de laboração. A fiscalização pelo incumprimento das normas ambientais, nomeadamente ao nível dos equipamentos depuradores é da responsabilidade do Ministério do Ambiente. Quem arrendou foi a empresa MARC Sa.

Entrou-se no **Período da Ordem do Dia**

A ata número dois referente à sessão ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2015, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O **Senhor deputado Manuel Cunha** fez referência a uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara na sessão de 25 de Fevereiro dizendo que não ficou transcrita uma frase que para si é relevante e que foi: «este governo nada fez pelo Concelho de Chaves».

O **Senhor Presidente da Câmara** pediu a palavra para dizer que não retira nada do que disse, embora entenda que o que fica em ata seja um resumo do que se passa em cada sessão.

Eu disse que este Governo teve o mérito de tirar o País da bancarrota, mérito esse reconhecido a nível nacional e internacional; hoje há dinheiro para pagar os salários dos funcionários públicos e para antecipar os pagamentos ao Fundo Monetário Internacional quando outros países estão a passar por sérias dificuldades.

É verdade que em relação a Chaves, equipamentos públicos como o Hospital, tem vindo a desqualificar-se; é verdade que o Tribunal de Chaves foi desclassificado e a UTAD, embora não dependendo do Governo, também encerrou o Polo de Chaves. Também é verdade que disse que a Empresa Águas do Norte irá favorecer toda a faixa interior norte de Portugal, onde a água é a mais cara.

O **Senhor Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que da mesma forma que as atas tem hora de abertura também devem ter a hora do seu término.

Posta à votação foi aprovada por maioria, com três abstenções por ausência na última sessão.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

- 1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo**
- 2 – Obras em Curso - Documento anexo**
- 3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.**

Outras Informações:

Intervieram os seguintes deputados:



Manuel Justino Matos Cunha da CDU – perguntou quando terão início os cursos técnicos profissionais anteriormente referidos pelo Senhor Presidente, quantos cursos vão funcionar e qual o número de alunos previsto.

O senhor Presidente refere uma reunião com a Direção Regional da Cultura do Norte e pergunto se houve algum plano, algum protocolo, algumas ajudas económicas relativamente ao Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso. Gostava de saber o que se está a fazer neste projeto.

Relativamente à reunião com o Ministério de Ambiente, em representação da CIM AT, sobre a criação da Empresa Águas do Norte o Senhor Presidente da Câmara demonstrou que o que se pede aos municípios para passarem a pagar a água em baixa é: os que pagam a mais, vão pagar a mais quatro milhões de euros e os que pagam menos, pagam menos catorze milhões. Ou seja: para as contas finais da holding toda esta manobra do governo aumentou as receitas em dez milhões. Se isto vai ser um pretexto para subir o custo da água aos munícipes dos concelhos onde o pagamento vai aumentar, nós já sabemos que no nosso Concelho, apesar de a Câmara a ir pagar a menor custo, não vai ter tradução nenhuma na diminuição do custo para o utente; a única manobra do governo para beneficiar o interior, não passa de uma manobra encapotada para favorecer a holding, Águas de Portugal. Gostava de ouvir a opinião do Senhor Presidente da Câmara sobre o assunto.

Sobre o Hospital de Chaves parece que o Senhor Presidente da Câmara já se cansou e já se esqueceu de protestar. A situação que aconteceu há uns anos foi muito menos grave e nós pusemos as populações na rua. Gostava de saber qual o Plano Estratégico para o Centro Hospitalar que foi tratado na reunião com a ARSN.

Eu não quero que a unidade de Chaves se diferencie muito. Eu quero que funcione bem naquilo que são as suas funções históricas como Hospital Distrital; que tenha um bom serviço de medicina interna, que tenha um bom serviço de ortopedia, que tenha um bom serviço de cirurgia, que tenha anestesistas, que tenha enfermeiros, que tenha técnicos. Queremos que fique claro que a urgência médico-cirúrgica é para manter, que o internamento de pediatria é para manter a funcionar; que tem de existir um reforço de pessoal e um reforço económico.

O senhor Presidente disse que houve um milhão de euros para investir na unidade de Chaves e a Administração do Centro Hospitalar, com total indiferença gastou esse dinheiro para pagar dívidas.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – sobre a situação financeira, nas dívidas de terceiros – clientes e contribuintes utentes – perguntou o que aconteceu aos valores que constavam inscritos no mês de abril porque houve uma variação para baixo em junho; passou de cinco milhões para um milhão, duzentos e quarenta e seis mil euros.

É certo que foi absorvido pela conta de clientes com cobrança duvidosa e pergunto se é o reconhecimento de que esses créditos são de difícil cobrança, ou se tem a ver apenas com questões de natureza contabilística.

Sobre os processos que estão em contencioso existe alguma falta de informação. Há ações que não têm nenhuma informação sobre a fase processual. Há vantagem em saber o valor dos pedidos e em que fase se encontram e isso poderia constar dos mapas.



No mapa das obras em curso porque é que são incluídas obras cujas empreitadas já foram concluídas em 2013? Estão incluídas aqui todas as obras adjudicadas e em execução?

Há obras adjudicadas à SINCOF que não estão executadas a 100% e eu pergunto qual o tipo de iniciativas que estão a ser tomadas no sentido de garantir os direitos do executivo.

Há obras que tem a indicação do início e do término e outras não tem a indicação do término. Existem duas obras de 2013 em que o prazo de execução é de 30 dias e continuam com taxa de execução a zero, embora o prazo de execução seja de 60 dias - marcação do eixo da via da EN 6139 e eixo de betoneira de corte geral.

Gostaria de saber qual o volume das obras que estão neste momento adjudicadas, com contrato e qual o valor que falta para a sua execução física e financeira, integral. Sabemos que houve uma cerimónia de entrega de material às corporações de bombeiros do concelho e pergunto se foi do concurso tramitado nas CIM em 2014; são equipamentos de proteção individual e era suposto que fossem disponibilizados para a época de incêndios do ano passado. Ainda relativamente a esta matéria gostaria de saber se houve um esforço financeiro acrescido do município no apoio para esta época de incêndios, às respetivas corporações de bombeiros, através da proteção civil.

Pergunto se a participação na sessão de abertura do seminário de gestão integral de cuidados tem a ver com cuidados de saúde. Se são cuidados de saúde gostaríamos de saber se houve alguma evolução para a reabertura de Unidade de Cuidados Continuados de Chaves e se sim para quando está prevista.

Pergunto ainda a carta compromisso para o desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro, que foi assinado com entidades públicas e do ensino superior público, foi acolhida pelo Senhor Primeiro Ministro.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

Os cursos superior técnicos profissionais que estamos a acordar com o IPB são: Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário, Gestão de Vendas e Marketing, Energias Renováveis e Instalações Elétricas, Informática e Tecnologia Alimentar. O número de alunos por curso tem de ser superior a vinte, senão não abre a turma.

A reunião havida com a Direção Regional de Cultura do Norte foi sobre o Programa Operacional Norte 20.20. O Diretor Regional apresentou a sua perspetiva sobre a cultura e confrontou-a com o entendimento dos autarcas sobre a matéria. Isto porque para negociar candidaturas a este Quadro Comunitário de Apoio é necessário que se faça um mapeamento dos investimentos públicos, quer sejam de caráter municipal ou do próprio estado. Nesta área queremos a 2ª fase do Museu das Termas Romanas e em função da verba que venha a ser disponibilizada para Chaves, a ampliação do Museu da Região Flaviense.

Sobre o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso tive uma reunião com o curador, Professor Pinto de Almeida da Faculdade de Belas Artes do Porto, que está a trabalhar na primeira exposição, que incidirá na obra do Nadir até aos anos setenta. Reafirmo que a criação das Águas do Norte para o interior do País, é excelente. É lamentável a falta de solidariedade dos municípios do litoral face aos municípios do interior sobre a questão da água. Nunca ouvi os Senhores Presidentes das Câmaras da Área Metropolitana do Porto reclamar por terem transportes públicos



subvencionados pelo Estado, enquanto no resto da região, onde há transportes públicos, o défice de exploração é pago pelas respetivas câmaras municipais. Também nunca vi a Câmara do Porto preocupada por poder usufruir de teatros nacionais, universidades, casa da música, etc. e isso faz toda a diferença no desenvolvimento da região. Quando há uma medida que os pode prejudicar, enquanto empresa distribuidora de água, apesar de não terem necessidade de aumentar o custo da tarifa, porque tem um lucro muito grande, não a aceitam. Perante isto eu já não sei se quero discutir a Regionalização.

No referendo sobre a criação das regiões administrativas, no qual votei sim, se tivesse sido criada a Região de Trás-os-Montes eu pergunto se uma Junta Regional ao chamar a si a distribuição da água, substituindo-se às Águas de Portugal, iria colocar preços diferenciados na sua região?

Como sabem o nosso défice de exploração varia entre um milhão e duzentos e um milhão e quinhentos mil euros/ano. Com esta medida esperamos inverter essa situação e se a Empresa Águas do Norte entrar em funcionamento a 1 de julho, nos próximos seis meses teremos a oportunidade de avaliar o resultado.

Fez-se a integração do Hospital Distrital de Chaves no Centro Hospitalar sem um Plano Estratégico, o que significa que a nossa Unidade Hospitalar esteve sempre à mercê do livre arbítrio dos Conselhos de Administração. Na reunião em que participei na ARSN ficou acordado que tão breve, quanto possível, será elaborado o Plano Estratégico. Logo que tenha em meu poder esse documento fá-lo-ei chegar ao conhecimento desta Assembleia, de imediato.

Permanece a ideia que uma das formas de aproveitar a boa estrutura física das instalações do nosso hospital é diferenciá-lo com duas especialidades – ortopedia e reabilitação física - sem colocar em causa a urgência médico-cirúrgica com enfoque ao nível da medicina interna, da cirurgia geral, de ortopedia e de pediatria. Foi-me garantido que seria reforçado com mais dois pediatras jovens.

O milhão de euros que tinha sido concedida para equipar a radiologia e fazer obras num dos blocos operatórios do Hospital de Chaves, negociado entre o Ministério da Saúde e os seis Presidentes de Câmara da CIM, como já referi, foi utilizado pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar no pagamento de dívidas.

Entretanto, no âmbito do Norte 20.20, estão previstos 977.500,00€ do FEDER, para remodelação e beneficiação do bloco operatório da unidade hospitalar de Chaves; diferenciação em termos de equipamentos da radiologia e outros. Esta verba não pode ser desviada porque está consignada a esta obra.

Peço desculpa ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro por não ter sido entregue a segunda folha da informação referente às obras.

A rodovia de acesso prioritário à A24/Hospital – lanço III – está neste momento com 87% de execução. A diferença de valor que o Senhor deputado referiu nas dívidas de terceiros – clientes e contribuintes utentes – passou para a rubrica referente a cobrança duvidosa que passou de sete para onze milhões.

As obras adjudicadas à SINCOF que não estão executadas, não são pagas. E não podemos fechá-las porque a empresa está em fase de insolvência.



O equipamento entregue às corporações de bombeiros foi comprado no âmbito da Comunidade Intermunicipal e em cada município foi convidado o respetivo Presidente da Câmara para fazer essa entrega.

Sobre a Unidade de Cuidados Continuados não há evolução no processo de reabertura. Há um plano sobre estes equipamentos e para 2015 não está prevista a reabertura da Unidade de Chaves.

A Carta de Compromisso para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro foi assinada em 2014, com a presença do Senhor Primeiro Ministro que testemunhou que as três instituições de ensino público, as três comunidades intermunicipais e as três associações empresariais se juntavam para estudar, aprofundar e promover o desenvolvimento das três comunidades intermunicipais.

PONTO 2 – PROPOSTA PARA SOLICITAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA O PLANO DE TURISMO DA EUROCIDADE CHAVES/VERIN, AECT. PROPOSTA Nº. 62/GAP72015.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que a Proposta demonstra que este Executivo tem uma forma diferente de fazer as coisas. Que pelo facto de ter pertencido aos executivos anteriores não está inibido de fazer coisas diferentes.

A lei não obriga a trazer à Assembleia Municipal os planos em fase de execução, porque a sua competência é aprovar os planos elaborados pela Autarquia. O Plano em análise vem numa fase já avançada de elaboração e aberto a sugestões para que no final seja um documento bem estruturado com os contributos de todos.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse que não ter percebido quem fez o estudo em análise e qual o valor a pagar por ele.

Disse não entender o significado da frase... «o progressivo declínio do setor termal de Chaves e as devastadoras perspetivas para este mercado. Horizonte próximo do colapso do termalismo de Chaves». Isto indica que estamos num horizonte de colapso. Também refere a «degustação das águas». Será que alguém vem cá para degustar água?

Em meu entender devemos ter em conta a realidade da nossa Região; estou cansado de projetos fora da realidade porque o que nós queremos não é nada disto.

Ana Maria Rodrigues Coelho do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“O Turismo é uma atividade que apresenta uma forte relação com o território e com as populações locais. Com uma riqueza notável de património natural e cultural e com uma longa tradição ligada ao termalismo, o Alto Tâmega tem vindo a atrair nos últimos anos investimentos assinaláveis ao nível da oferta hoteleira. Acompanhando as tendências atuais na área do turismo, nomeadamente do turismo de bem-estar, de natureza e cultural, o Alto Tâmega deverá criar condições para apresentar e promover uma oferta integrada e consolidada que lhe permita maximizar o aproveitamento socioeconómico das mais-valias decorrentes desta atividade.” *In Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega.*

Para o concelho de Chaves, o peso do setor é incontornável, quer pelo impacto económico direto e indireto que determina, quer pela dinâmica social e cultural que sustenta. Para termos uma pequena ideia do que estamos a falar, segundo dados do



INE, em 2013 os 27 estabelecimento hoteleiros do concelho registaram 54 617 hóspedes e 128 212 dormidas, o que se traduziu em 314,3 dormidas de turistas por cada 100 habitantes, e representou uma receita bruta de cerca de 4,1 milhões de euros para o alojamento turístico.

Se a estes números juntarmos o impacto sobre a restauração, bares e comércio local, só podemos concluir que o turismo é um setor precioso para o concelho e para a região, que tem que ser apoiado, desenvolvido e colocado ainda mais no centro do modelo de desenvolvimento de toda a região, com o recurso Termalismo como “joia da coroa”.

O Plano Diretor de Turismo Chaves – Verin, aqui apresentado para pronúncia e recolha de contributos, é na minha opinião um documento de grande interesse e relevância, pelo seu alinhamento com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega e face às perspetivas de cooperação transfronteiriça que se perspetivam no âmbito do Portugal 2020.

Com base neste documento, poderão ser lançadas boas bases de trabalho no âmbito do próximo programa INTERREG, em cooperação com Verin, que simultaneamente permitam a Chaves reforçar o seu posicionamento e promoção, enquanto destino turístico destacado no Alto Tâmega e no interior norte de Portugal.

O trabalho apresentado, foca-se na necessidade de definir claramente o posicionamento do destino turístico, para posteriormente se poder fazer uma comunicação e promoção adequada do mesmo aos correspondentes públicos-alvo. Globalmente, a escolha do termalismo, do turismo ativo, do turismo cultural e da enogastronomia, parecem-me escolhas mais do que acertadas face aos recursos que a região dispõe. Da mesma forma, as linhas de trabalho propostas são coerentes com a estratégia apresentada e correspondem a necessidades efetivas do território do ponto de vista do turismo.

Não nos compete a nós questionar a qualidade técnica do trabalho apresentado, mas sim fazer os alertas que se nos afigurem pertinentes e que possam ainda ser acautelados do ponto de vista da estratégia e do trabalho a realizar. Assim, parece-me importante chamar a atenção para a repetida menção no trabalho, à grande assimetria dos dois municípios no mapa turístico, bem como do facto de que “a comunidade empresarial, não se apercebe dos benefícios da integração dos dois municípios num único destino”. Estes dois aspetos podem por em causa a exequibilidade do trabalho apresentado, e devem ser profundamente trabalhados antes de avançar para projetos conjuntos, sob pena de “ser dinheiro deitado à rua”. É preciso que qualquer estratégia a empreender seja uma estratégia *win-win*, pois só se ambas as partes perceberem claramente as vantagens da cooperação, se empenharão para o sucesso do projeto.

Outro alerta recai sobre a necessidade de uma cuidada integração deste Plano Diretor de Turismo, com um futuro Plano Diretor de Turismo do Alto Tâmega. Parece-me claro que este trabalho é perfeitamente integrável com o que se venha a estabelecer para o Alto Tâmega, mas o concelho de Chaves terá que ter um grande cuidado na gestão das marcas e da comunicação com o público, procurando sempre uma imagem única e forte para centrar a sua comunicação com o mercado. Não podemos querer comunicar tudo, sob pena de não conseguirmos comunicar nada. Chaves integra o Alto Tâmega, e pretende afirmar-se como capital do mesmo. Assim,



deverá privilegiar a imagem de marca deste território e o seu posicionamento, para posteriormente assumir uma comunicação e posicionamento coerentes e integradas noutros destinos que decida integrar, como é o caso da Eurocidade Chaves-Verin.

Por fim, mas para mim talvez o aspeto mais importante, é necessário reforçar o sentimento de identidade da população com o seu território. Um destino turístico constrói-se muito com base na identidade do seu território, no orgulho com que os seus cidadãos o apresentam, o representam e o defendem. Este desígnio poderá ser trabalhado por diversas vias:

- Iniciativas de divulgação da história, recursos e cultura de Chaves, junto do público mais jovem, criando assim desde cedo um sentimento de pertença e identidade com o território;
- Divulgação e promoção internas dos recursos turísticos do concelho: castelos, pontes, termas, etc. Se um cidadão não conhece o seu património, como pode promovê-lo junto dos visitantes? Se um flaviense nunca frequentou as suas termas, como pode convidar outros a fazê-lo?
- Formação sobre os recursos turísticos do concelho e da região para as empresas e seus colaboradores;
- Melhoria dos serviços de atendimento turístico do concelho (posto de turismo), nomeadamente em matéria de informação, formação e horários;

Postas estas breves considerações, o documento apresentado merece de forma global a concordância do Grupo Municipal do PSD, considerando que as linhas estratégicas que defende são adequadas e que, com planeamento e estratégia, toda a promoção que se possa fazer do território é bem-vinda e contribuirá, sem dúvida, para o sucesso do setor e do território”.

Fátima Liliana Fontes Correia do PS – cumprimentou os presentes e disse ter ficado um pouco confusa sobre esta proposta relativamente ao período de aporção de contributos solicitados mas que entretanto já foi esclarecida pelo Senhor Presidente da Mesa.

“Também ficamos a saber que se trata de um estudo preliminar e ainda bem, porque da sua leitura e análise concluímos que esta não poderia ser a versão definitiva.

É um ponto de partida, uma base de trabalho mas muito incompleta e deficiente nalguns aspetos que passamos a enumerar e que deverão ser tomados em consideração: este Plano não faz o devido enquadramento da região. É omissivo relativamente à sua caracterização demográfica, económica e cultural. Parte para a análise swot e definição de objetivos estratégicos, sem que antes aprofunde as características que marcam este território.

De referir que embora sejam diversas as análises swot que o documento contém, nenhuma se encontra completa. Todos sabemos que as análises swot contém quatro vetores que são os que lhe dão o nome; pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades. Se verificarmos, essas análises swot só apontam as forças positivas e as negativas, deixando de fora a de maior utilidade que é conjugação das quatro forças. Por um lado desenvolver os nossos pontos fortes e ultrapassar os pontos fracos para aproveitar oportunidades. Por outro lado aproveitar/desenvolver pontos fortes para combater ameaças e ultrapassar pontos fracos para combater ameaças. Isto não é feito no Plano. Daí, julgamos que as análises swot do documento, sendo uma das técnicas mais recomendadas por diversos autores de marketing territorial,



para análise inicial de uma estratégia de marketing territorial, deverão ser completadas pela empresa responsável.

Em terceiro lugar referir que este documento não faz uma análise estatística dos dados. Os dados estatísticos foram remetidos para o anexo, sem qualquer análise, para além de que estão incompletos e desatualizados. Só são apresentados dados estatísticos até 2012, quando trimestralmente o Turismo de Portugal atualiza dados relativamente a este setor. E só são apresentados dados relativamente ao Norte de Portugal e mais concretamente a Chaves. Não são facultados dados relativos a Verin e ao Norte de Espanha. Também aqui deverá existir maior rigor da empresa responsável que deve completar e analisar os dados sobre turismo, tanto de Portugal como de Espanha.

De seguida e talvez porque não foi feita essa análise estatística, não foi escrutinado qual o público, alvo deste Plano. É deveras importante, quando se criam objetivos estratégicos de uma região, perceber para quem são direcionados. Quem queremos atrair de forma a criar ou estimular atividades diferenciadas e sustentadas? Sugerimos a criação de um capítulo próprio para indagação do público-alvo e de que forma os objetivos estratégicos estão orientados para eles.

Sugerimos também a criação de fichas de ação individualizadas que respondam, objetivamente, às seguintes questões: quais os atores a envolver, quais os objetivos específicos a que correspondem, qual o orçamento estimado para elas, qual o horizonte temporal para a concretização das ações e também como ranking de prioridade das ações. Uma mera descrição de atividades a desenvolver parece-nos, deveras redutor, para a importância que um Plano orientador de turismo poderá representar.

Também não foram tidas em consideração neste Plano diretor de Turismo da Eurocidade, as orientações do Plano Estratégico Nacional de Turismo que foi criado em 2007, reformulado em 2010 e que constitui uma base de orientação do setor, permitindo a agentes públicos e privados, alinhar as suas estratégias, compreender mutuamente os seus objetivos e definir ações comuns mais eficazes e coerentes. Ficamos assim, sem perceber se as propostas apresentadas neste Plano estão em linha com o preconizado por esse plano orientador ou se iremos remar contra a maré. Por último, mas não menos importante, seria essencial que a empresa responsável por este Plano conhecesse melhor os nossos produtos endógenos e aquilo que nos caracteriza e diferencia dos demais territórios. Não nos parece que uma empresa que sugere um evento com o tema “Belle Epoque”, como sendo a época dourada do termalismo, entenda as nossas origens romanas de dois mil anos de existência e que são a herança que nos confere singularidade e a nossa componente intangível que nos irá diferenciar dos demais.

Esperamos que o Plano Diretor de Turismo da Eurocidade Chaves Verin, dada a importância que poderá representar para o desenvolvimento sustentável da nossa região, possa ser aperfeiçoado nestas componentes que referenciamos e sejam revistas as suas ações perante um diagnóstico múltiplo que deverá ser realizado de forma a ponderar as problemáticas de todos os setores da comunidade e garantir a viabilidade deste projeto.

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se este Plano vem de encontro àquilo que eram as suas pretensões quando o Executivo fez a sua adjudicação a esta empresa;



se cumpre com aquilo que foi a sua proposta e, mais concretamente, se este Plano, embora ainda não seja conclusivo, se merece a sua aprovação.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que as críticas feitas são muito pertinentes e que as sugestões apresentadas pela Senhora deputada Fátima Liliana Correia, na sua intervenção são muito importantes. É com este tipo de intervenções que ajudamos a construir o futuro.

Este documento não é para a Câmara Municipal de Chaves, mas sim para AECT – Eurocidade Chaves Verim que merecerá da nossa parte, muitos reajustamentos. Queremos que o documento definitivo venha a ser conjugado com o Plano de Desenvolvimento Turístico para o Alto Tâmega. Não podemos ter dois Planos que possam conter alguma incompatibilidade; um para a Eurocidade Chaves- Verim e outro para o Alto Tâmega. Estamos numa boa fase dado que o Alto Tâmega vai por a concurso a elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Turístico. A este nível está assente que queremos desenvolver uma política comum e, eventualmente até um único Serviço de Turismo para toda a Região.

Para isso vamos ter um Plano que faça o arranque dessa partilha de serviços.

Este documento terá de ser devidamente conjugado com esse Plano no que diz respeito à parte do Município de Chaves. Na parte respeitante ao Município de Verim será ele a fazer os ajustamentos necessários.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Ponto em análise e acolheu os contributos que foram aportados.

PONTO 3 – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO SOBRE AS VESPAS DAS GALHAS DOS CASTANHEIROS E PRAGAS DO CASTANHEIRO. PROPOSTA Nº 62/GAP/2015.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta proposta vem para conhecimento, e sobre este assunto já recebeu resposta da Direção Geral de Alimentação e Veterinária que diz que já em 2014 foi detetada esta praga, na região do Minho. Que em 2015 a situação tem vindo a agravar-se com a deteção de novos focos da vespa das galhas no norte do país, não só na região de entre Douro e Minho, mas também em diversos locais de Trás-os-Montes (concelhos de Macedo de Cavaleiros, Lamego, Valpaços, Bragança Sernancelhe, Peso da Régua, Mesão Frio e Vinhais). Curiosamente Chaves não é referenciado, o que não invalida que todos possamos apresentar contributos e o Executivo irá fazer pressão sobre a Direção Geral para que atue, porque a responsabilidade é totalmente dela.

O documento diz que a luta contra esta praga é de ordem biológica e consiste na libertação de outras vespas que se alimentam das larvas da vespa das galhas. Dizem ainda que já o fizeram nos concelhos afetados.

Não houve intervenções.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Ponto em análise.

PONTO 4 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROMESSA DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ANELHE. PROPOSTA Nº. 64/GAP/2015.

Usaram da palavra os seguintes deputados:



António Manuel Pires Almeida do **PS** – cumprimentou os presentes e disse que pela leitura da proposta de comodato, ela se refere a um depósito de água em Souto Velho.

Não será um depósito mas sim um equipamento colocado no rio Tâmega por duas fases; a primeira nos anos oitenta, que serviu para abastecimento de água às freguesias de Vidago, Arcossó, Vilarinho das Paranheiras e à povoação de Souto Velho. Com o decorrer do tempo verificou-se que a qualidade da água proveniente do rio, através desta Central elevatória, não era de qualidade e no início dos anos noventa foi instalada a segunda fase, já com filtros e depuradores e penso que é este equipamento que está nesta proposta de comodato.

Pergunto se estas instalações vão ser cedidas na totalidade (bombas, postos de transformação e outros equipamentos). Se assim é penso que a proposta dever ser refeita porque não se trata de um depósito mas sim todas as instalações da referida central elevatória.

Presidente da Junta de Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras - Rui Manuel Branco Rodrigues – pediu a palavra para informar que esta proposta de cedência se refere a um depósito instalado na parte superior da aldeia de Souto Velho, junto ao campo de futebol e que nada tem a ver com o equipamento que o Senhor deputado Almeida referiu.

As instalações que o Senhor deputado Almeida mencionou foram cedidas à UNICER para a rega do campo de golf de Vidago.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5 – AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO 2015/2016. AJUSTE DIRETO N.º 22/SC/2015.

Não houve intervenções.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 – REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 36/DGF/2015.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que esta proposta de revisão vem a esta Assembleia porque no Orçamento para 2015, aprovado em Dezembro de 2014, tinha como pressuposto a utilização do empréstimo de saneamento financeiro até ao valor de dezanove milhões de euros.

Como todos sabem o Tribunal de Contas sugeriu que o empréstimo a pedir fosse apenas de cerca de treze milhões de euros e isso deu origem a que não fossem pagas dívidas a terceiros, de curto prazo, já vencidas.

Esta proposta vem no sentido de obter autorização para a incorporação do saldo de gerência do exercício de 2014, no valor de 1.118.155, 56€, destinado essencialmente ao reforço das dotações das rúbricas orçamentais a desenvolver no ano corrente em água e saneamento.

Esta proposta para além de ser uma medida de boa gestão está de acordo integral com o cumprimento das regras definidoras da elaboração do Orçamento,



principalmente com o princípio orçamental corrente, tendo inteiro acolhimento quer na lei das Finanças Locais, quer no Pocal.

Usou da palavra o Senhor deputado:

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse nada ter a opor sobre os motivos específicos expressos na proposta em análise, no entanto como se trata de uma modificação do Orçamento para 2015, aprovado na AM de Dezembro de 2014, em que a sua bancada votou contra, vão adotar a mesma posição na votação deste documento, dando como reproduzida a declaração de voto feita nessa data.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 37 votos a favor, 3 abstenções e 13 votos contra. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 7 – LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. PROPOSTA N.º17/SC/2015. Para conhecimento.

A Assembleia tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 8 – APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – 2014. INFORMAÇÃO Nº. 37/DGF/2015.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que por força da Lei 73/2013, de 3 de setembro, o Município tem de apresentar até 30 de junho as contas consolidadas o que foi feito aquando da aprovação dos documentos de Prestação de Contas de 2014, na sessão da Assembleia Municipal do dia 29 de abril último.

Vêm a esta Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Chaves em que o perímetro de consolidação, de acordo com a lei, se restringe à Empresa Municipal pelo facto de esta ser detida a 100% pelo Município, enquanto nas outras entidades mencionadas na informação, a participação do Município é inferior a 100%.

Nas demonstrações financeiras do Município de 2014, balanço, demonstração de resultados e outras, foram integradas as contas da Empresa Municipal que na Assembleia de abril faziam parte do Relatório de Gestão e que se refere a título de exemplo.

A Empresa Municipal em 31 de dezembro de 2014 tinha dívidas a terceiros, de curto prazo, nomeadamente 265 mil euros referente à utilização da conta caucionada e 17.180,84 euros a fornecedores. Estes valores foram integrados nas dívidas a terceiros de curto prazo, no balanço do Município.

Todos os valores, ativos e passivos, capitais próprios, demonstração de resultados da Empresa Municipal foram integrados nas contas do Município.

Junto à informação consta o relatório de gestão de contas consolidadas, o anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados e o parecer do ROC.

Usou da palavra o Senhor deputado:

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – perguntou se houve grande variação no balanço e na demonstração de resultados. Se, por conta dessa consolidação, o resultado líquido



do exercício sofreu alguma modificação e ao nível do balanço também, quer no passivo, quer no ativo, quer nos capitais próprios.

Nos fluxos financeiros entre as entidades do setor público consta um valor relativamente à obrigação do Município e pergunto se o valor de 170 mil euros foi transferido ainda em 2014 para a empresa, ou se já foi em 2015. Há uma referência na certificação legal de contas, por parte do Revisor, que diz ter havido um reconhecimento, por parte do Município, da necessidade de repor o valor de 320 mil euros, por causa do equilíbrio financeiro das contas. Gostaria de saber se foi feito por despacho e retificado pela Câmara e se os fluxos foram efetivamente transferidos ou não.

O ROC deixa algumas reservas e ênfase na certificação destas contas e tem a ver exatamente com as considerações que foram feitas aquando da Prestação de Contas em abril último. Há só aqui um dado novo que tem a ver com a Empresa Local.

Vamos votar contra esta proposta em coerência com a votação de abril sobre a mesma matéria. A declaração de voto será a mesma que foi expressada aquando da Prestação de Contas.

O **Senhor Presidente da Câmara** – disse que a Empresa Municipal por ter estado fechada teve um resultado negativo líquido de cerca de duzentos e vinte mil euros, valor repercutido nas contas consolidadas.

Desse valor uma parte foi transferida em 2014 e a outra em 2015, por despacho, para fazer o equilíbrio de contas.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 41 votos a favor, 3 abstenções (2 CDU 1 PJ Curalha) e 11 votos contra (7PS, 4 MAI). Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro**, do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “

A prestação de contas relativa ao exercício económico de 2014 constitui um exercício de pura propaganda política, pois é um documento que assenta em dois sofismas que comprometem a sua credibilidade e consistência. Um deles é fazer de conta de que o município de Chaves não tem qualquer responsabilidade financeira, materialmente relevante, com a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., para além das registadas nas contas, quando o próprio revisor de contas alerta para o risco e consequências decorrentes da não realização de provisão de 8,7 milhões de euros, que se encontra em contencioso. O outro é inscrever como receita, no valor de € 5.925.708,76, a título de impostos indiretos (taxa de ocupação do domínio público municipal), reclamado junto de vários operadores, PT – Comunicações, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., Duriensegás e Uniteldata, mas não reconhecido por estes e pendente de resolução judicial.

O exercício de 2014 apresenta um resultado líquido do exercício de € 7.367.471,21, situação que, estabelecendo paralelismo com aquilo que aconteceu na prestação de contas de 2012, é prenúncio de consequências negativas.

Não se percebe como se consegue alcançar um exercício com “lucro” quando o financiamento de muitas atividades municipais de natureza corrente, no ano findo, foi feito à custa de um empréstimo de Médio/Longo prazo superior a 13 milhões de euros.



A ânsia de dar sinais positivos de boa gestão leva a que se seja criativo na construção do balanço e da demonstração de resultados, esquecendo dívidas, 3,4 milhões de euros do Mercado Abastecedor e 8,7 milhões de euros da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., porventura não sendo rigoroso na aplicação das regras relativas às amortizações do imobilizado e criando receitas muito contestadas pelos respetivos contrainteresados.

A criatividade contabilística e o otimismo temerário desta gestão não tem limites ao apresentar-nos um resultado líquido positivo, e quase apetece dizer, como qualquer cidadão comum diria, aproveite-se esse “lucro” e pague-se os “calotes” ou então faça-se a reparação das estradas municipais mais degradadas. Seria bom a transparência e a credibilidade da gestão saíam reforçadas se este executivo fizesse a auditoria financeira externa oportunamente aprovada e depois revogada”.

PONTO 9 – REALIZAÇÃO DE DESPESA, COM ENCARGOS FINANCEIROS EM MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO/SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº. 38/DGF/2015.

Não houve intervenções.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 10 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE OPÇÃO DE VENDAS DAS AÇÕES DETIDAS PELO MUNICÍPIO DE CHAVES NO MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE “AGUAS DE PORTUGAL, SA.”; - CONCESSÃO DE CREDENCIAL LEGAL PARA INICIAR AS NEGOCIAÇÕES. PROPOSTA Nº. 81/GAP/2015.

O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que em 2001, quando a Assembleia Municipal votou para que o Município de Chaves integrasse a Empresa do sistema multimunicipal de águas de Trás-os-Montes, o PSD foi contra porque era seu entendimento que a solução para resolver o problema do abastecimento de água e do tratamento das águas residuais de Chaves devia ser conseguido através da criação de uma empresa intermunicipal dos municípios do Alto Tâmega.

Somos detentores em partes iguais com os demais municípios do Alto Tâmega da Empresa EHATB que na altura apenas produzia energia elétrica. Nessa altura propusemos que se alargasse o objeto social da empresa e passasse a ter também como objeto o ambiente, no seu sentido mais lato e que a mais-valia na produção de energia elétrica pudesse ajudar a financiar a distribuição de água e o tratamento de águas residuais. Sendo uma situação com alguns encargos poderíamos dessa forma continuar a servir bem a população sem aplicar tarifas muito elevadas. Apresentamos essa proposta ao executivo municipal de então mas foi rejeitada pela maioria socialista. Desde então a Empresa Águas de Trás-os-Montes tem sido um grande problema para esta autarquia porque, desde logo, não cumpre os planos que aprova. Aprovou o Plano de Viabilidade Económica e Financeira da Empresa, no qual previa a evolução da tarifa, evolução essa que não é cumprida. Isto porque detendo a maioria do capital na Empresa Águas de Portugal SA vota sempre a seu favor. As votações são aprovadas com o voto favorável das Águas de Portugal e com o voto contra de todos os municípios.



O Partido Socialista sabia que havia negociações entre o executivo municipal e a empresa Águas de Portugal/Águas de Trás-os-Montes para, eventualmente, se estudar a possibilidade de verticalizar o sistema, verticalização essa que constou da declaração de voto dos vereadores PSD no executivo em 2001, após a rejeição da proposta por eles apresentada. Entendíamos nós que já que a empresa fazia a distribuição em alta, devia também assumir a baixa. O papel do Município é de distribuidor da água e o importante para nós é que as tarifas sejam justas quer na alta, quer na baixa.

O Partido Socialista trouxe uma Moção onde insinua que se pretende privatizar a água. O deixar de ser distribuidor não é privatizar. No entanto em 2001 entregou a produção/distribuição em alta, passando para o município um défice de exploração extraordinário. Com a criação da Empresa Águas do Norte esse défice de exploração vai diminuir mas, apesar disso, os Senhores Vereadores do PS na Câmara votaram contra. São contra.

Com a criação desta Empresa a Câmara Municipal deixará de ser acionista tanto mais que esse facto é um dos argumentos utilizados pelas Águas de Trás-os-Montes para não pagar as taxas de ocupação do subsolo, alegando que não faz sentido a autarquia cobrar essas taxas a uma empresa da qual é acionista. Aberta essa oportunidade de deixar de ser acionista, além de recuperar o valor de cerca de oitocentos mil euros de ações, ficamos com liberdade de decidir, à semelhança do que outros municípios estão a fazer, nomeadamente a aquisição do investimento feito no município, quer no que respeita à distribuição de água, quer no tratamento de águas residuais. O Partido Socialista é contra e não dá para entender.

O Município de Chaves não tem condições para deixar de ser consumidor porque houve um Senhor Ministro do Ambiente que se lembrou de constituir estes sistemas multimunicipais e ameaçou os municípios que quem não entrasse não teria acesso aos fundos comunitários. Perante isso os municípios optaram por aderir.

A água é um bem essencial à vida e com as alterações climáticas que acontecem, o seu valor vai incrementar muito mas não admito que um dia venha a ser privatizada; acredito que as Águas de Portugal sejam sempre um ativo do estado português.

O que se está a pedir a esta Assembleia é autorização para negociar a venda das ações que o Município de Chaves detém na Empresa Águas do Norte. São oitocentos mil euros que estão ali investidos há muitos anos sem qualquer resultado. Certamente até já desvalorizaram e vão desvalorizar ainda mais sempre que o Estado decidir aumentar o capital social.

Na reunião havida com o Senhor Ministro do Ambiente o Senhor Presidente da Área Metropolitana do Porto disse que os municípios integrantes queriam adquirir o capital das Águas do Douro e Paiva. O Senhor Ministro respondeu que a dívida das Águas do Douro e Paiva não está a ser refletida na capacidade de endividamento dos municípios e se a comprarem passará a refletir-se. Nessas condições já não estão interessados em comprar.

Os municípios de litoral não querem que a água lhes aumente, mas não veem mal que os do interior paguem a água muito mais cara, as portagens mais caras, esquecendo completamente as políticas de coesão social e territorial.

Terminou pedindo mais uma vez autorização para manifestar a intenção de vender as ações que o município detém na Empresa Águas de Portugal e poder negociar.



Intervenções:

Francisco José T. Lopes da Silva Preto disse que a explicação do Senhor Presidente da Câmara sobre este assunto foi muito esclarecedora.

O que está em análise é apenas uma autorização para iniciar as negociações, de opção da venda das ações, com as Águas de Portugal, perante as Águas do Norte. Independentemente da lei de constituição das Águas do Norte (decreto-lei 93/2015), o que aqui está em causa é saber o que é melhor para os munícipes e para o município. Será melhor ficar com oitocentas mil ações das Águas de Portugal, um capital que vale zero, ou vendê-las à Empresa Águas do Norte?

A Empresa Águas do Norte terá um capital social de cerca de cento e cinquenta e dois milhões de euros e oitocentas mil ações em cento e cinquenta e dois milhões não valem nada. Aquilo que para nós poderá ter valor é o seu Conselho Consultivo que será constituído por todos os presidentes dos municípios que o englobam.

Poderíamos optar e esperar pelos dividendos, pela distribuição de lucros, mas nós entendemos que as Águas do Norte não foram concebidas para dar lucro. Há empresas em Portugal, nomeadamente de distribuição de água, hospitais, transportes públicos, que não devem dar lucro mas sim servir bem os utentes. Se a Empresa vier a produzir lucro, esse terá de se repercutir na baixa dos preços ao consumidor. Não queremos que haja dividendos a distribuir pelos municípios.

Também não queremos vir a ser acusados de que obstaculizámos a venda das ações que a Autarquia detém nas Águas de Portugal e que a obrigámos a ficar com um património que não vale nada.

O MAI votará favoravelmente esta proposta nem que o valor a receber seja um pouco inferior ao investimento.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – referiu que o Senhor Presidente da Câmara se esqueceu de dizer que em 1995/96/97/98/99 havia graves problemas no abastecimento de água em Chaves e não eram apenas de quantidade, mas também de qualidade.

Nessa altura saíram diretrizes comunitárias que vieram fixar valores de controlo de qualidade da água. As situações de desconformidade eram tão graves que colocaram os autarcas em sobressalto porque em alguns casos poderia haver problemas de saúde pública e foi esta ponderação que fez mudar o sistema de abastecimento público.

Efetivamente o Ministério de Ambiente condicionou os municípios que não aderissem aos sistemas multimunicipais (água e saneamento) no acesso aos fundos comunitários. O contrato de adesão com as Águas de Trás-os-Montes foi assinado em dezembro de 2001 e nessa altura a empresa não tinha feito qualquer investimento no concelho de Chaves. Se nessa altura o PSD era contra e entendia que a concessão deveria ser conseguida através da EHATB pergunto porque é que não reverteu o processo, logo que tomou posse, e rescindiu o contrato com as Águas de Trás-os-Montes? Nessa altura o risco financeiro era pequeno.

Em vez disso aproveitaram o investimento volumoso feito no concelho, designadamente a ETAR, e ao mesmo tempo não pagaram as faturas de água e saneamento.

A Câmara Municipal de Chaves foi a favor da criação da Empresa Águas do Norte, conseqüentemente é natural que as ações sejam mantidas. Isto porque se queremos e entendemos que o Município de Chaves tem de ter uma participação ativa, isolada



ou conjuntamente com os outros municípios, ainda que não tenha a maioria dos 51% de capital, pode ter posições dentro da sociedade. As sociedades gerem-se por dentro e é importante que o município de Chaves tenha presença nas Águas do Norte.

Entendo que será mais importante estar na Assembleia Geral e poder votar do que estar no Conselho Consultivo que é apenas isso, consultivo.

Quando a Câmara Municipal diz que está disponível para vender as ações, não estará também a dizer aos municípios todos para venderem as ações? O estado terá 100% do capital e em seguida poderá fazer o mesmo que fez com o lixo. O esquema os sistemas é muito parecido. Se nós entendemos que não temos de ter participação pública, numa empresa pública porque é que o estado há de ter? Se entendemos que esta empresa deve ser pública todos os parceiros devem ser consequentes e ter uma intervenção permanente.

Só veja uma razão para a venda das ações. Chama-se dificuldade de tesouraria.

Lembro que em 2012 a Câmara propôs nesta Assembleia a venda das ações da EHATB que afinal era a empresa que vinha salvar a questão da água nos vários concelhos do Alto Tâmega, alegando que não era assim tão relevante.

Carlos Afonso Moura Teixeira do PSD – cumprimentou os presentes e disse que efetivamente houve dificuldades no fornecimento de água com qualidade e em quantidade nos anos que o Senhor deputado Nuno Vaz referiu e também ao nível do tratamento de águas residuais.

A solução foi encontrada através de sistemas multimunicipais e foi constituída uma empresa pública, com 51% de capital do estado, cabendo aos municípios e entidades os 49% restantes. A Empresa Águas de Trás-os-Montes funciona em regime de monopólio natural, sem concorrência, quer no abastecimento de água domiciliária, quer em termos de tratamento de águas residuais.

A taxa de inflação/índice de preços ao consumidor em 2011 foi de -2,27%; em 2012 - 0,33%; em 2013 -2,5% e em 2014 -0,51%. Em 2010, o tratamento de águas residuais, custava ao Município 64 cêntimos/m³ e em 2015 custa 77 cêntimos/m³. Teve um agravamento de 13%. O preço faturado à Câmara Municipal de Chaves por metro cúbico de água de consumo domiciliário era em 2010 de 62 cêntimos/m³ e em 2015 é de 70 cêntimos metro cúbico. Teve um agravamento superior a 13%. Neste período com a grave crise económica que atravessamos, tivemos um aumento médio do preço da água estimado em 2,5%/ano. De referir que a Câmara Municipal de Chaves paga pela prestação destes serviços o valor mais elevado do país. Para maior informação é importante contextualizar o seguinte: as Águas do Zêzere e Corgo pagam a água a 74 cêntimos; a CIMDOURO, que virá a integrar a Empresa Águas do Norte, paga menos 14 cêntimos por m³ de água tratada, do que a Câmara Municipal de Chaves; as Águas do Nordeste que também irão integrar as Águas do Norte pagam menos 21 cêntimos/m³ do que a Câmara de Chaves; as Águas do Noroeste pagam menos 16 cêntimos/m³ do que a Câmara Municipal de Chaves. A Câmara Municipal de Chaves (todos nós) paga mais 32 cêntimos por m³ de água potável, às Águas de Trás-os-Montes, do que as Águas do Douro e Paiva onde se integra, por exemplo, a Câmara Municipal do Porto. Chaves tem, na água que compra e no tratamento de águas residuais, os preços mais elevados do país, numa



época de crise em que todos conhecemos os efeitos das restrições orçamentais. Para além disso, foi-nos retirado um conjunto de serviços públicos.

Em resumo: verificamos que o índice de preços ao consumo teve um decréscimo e, neste contexto, o Senhor Ministro do Ambiente disse e passo a citar: «haverá com esta política de redução de sistemas um fortíssimo emagrecimento do Grupo Águas de Portugal. Com esta reestruturação o Grupo Águas de Portugal vai reduzir o número dos seus administradores de 70 para 20 e vai passar de 300 diretores para 150. Para além disso esta reestruturação tem um contexto de solidariedade política que é assumida por este governo».

Este governo de coligação tem a coragem de reduzir o preço da água pago por todos nós, de 70 cêntimos/m³, para 50 cêntimos/m³.

O que está aqui em causa é saber qual o benefício de uma participação acionista, pelo serviço que nos é prestado.

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, sendo a Câmara Municipal acionista das Águas de Portugal, quantas vezes votou a favor do aumento das tarifas de água? Pergunto também quantas vezes se manifestou a favor/contra sobre a política de contratação e de gestão dos recursos humanos na mesma empresa.

É a primeira vez que um governo assume uma política de solidariedade para o interior. Vimos na comunicação social que houve municípios do litoral que interpuseram providências cautelares contra a constituição das Águas do Norte, e contra a redução da tarifa que todos nós pagamos em Chaves. Casos de Gondomar, Porto, Vila Nova de Gaia, Paços de Ferreira e outros, todos de gestão socialista. Estamos a falar de uma situação concreta de solidariedade que o governo de coligação PSD/CDS impõe, contra a vontade dos municípios do litoral, a favor do interior.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – Disse que houve perda do poder de compra pela inflação, desde 2011.

Referiu as intervenções anteriores e disse que a discussão desta proposta se foca numa questão de princípios sobre bens essenciais.

A legislação da União Europeia não é inocente quando impõe tantas normas sobre o controle da água porque cria uma teia de exigências que só os grandes grupos tem condições para fazer a gestão da água e isso abre o caminho para a privatização. Aparentemente essas normas controlam a saúde pública, o que é bom, mas há limites de bom senso para tudo.

Fez parte de estratégia deliberada do Engenheiro José Sócrates, primeiro como Ministro do Ambiente e depois como Primeiro - Ministro, criar uma autoestrada para a privatização da água e este governo chegou a colocar em cima da mesa a privatização das Águas de Portugal.

Honestidade é dizer aquilo que disse o Presidente da Câmara do Porto. Ele disse que dos catorze milhões de euros que as regiões do litoral pagam a mais, as do interior poupam quatro milhões. Ou seja: quem ganha são as Águas de Portugal.

Então não apresentemos como benefício ao interior aquilo que é um negócio montado para fazer uma flor com o interior, porque para as contas das Águas de Portugal o dinheiro aumentou. Se quisesse beneficiar o interior cortava no litoral e o valor desse corte era dado ao interior. Foi isto que o Presidente da Câmara do Porto



disse. Qual é o Presidente de uma autarquia que tem a água a determinado preço e aceita aumentá-la.

Quando foi dito que a autarquia teve um momento em que podia ter saído é verdade mas optou por ficar e a verdade é que a Empresa Águas de Trás-os-Montes fez obras importantes em termos de abastecimento de água e de saneamento, na região. E também é verdade que agora estamos a pagar a fatura.

O que se pede a uma autarquia é que as ruas estejam bem alcatroadas, que os sistemas de água não tenham perdas, que o saneamento funcione nas devidas condições. Tinha que ter sido vista a questão da distribuição da água e tinham de ser feitos investimentos muito sérios.

Somos contra a alienação e em termos políticos não é correto dizer que com a venda das ações estamos a procurar a nossa liberdade. É fácil acusar as Águas de Trás-os-Montes mas a verdade é que nem sequer lhe pagámos o valor que cobrámos. Podia ter-se usado esse dinheiro para recuperar a rede e eliminar perdas enormes de 30 a 40% que temos.

Sou contra a criação das Águas de Trás-os-Montes e todas as mordomias que foram criadas com tachos, carros, telemóveis, etc. mas a CDU é contra qualquer movimento de desresponsabilização do município. Somos contra a privatização da gestão em baixa, somos contra a alienação de ações e somos pela defesa da esfera pública e municipal da água, em cooperação com outros municípios, ou não.

Em 2001 a CDU disse nesta Assembleia que viria um tempo em que se haviam de arrepender de entrar nas Águas de Trás-os-Montes e volta a dizer hoje que virá um tempo em que se arrependerão de entrar nas Águas do Norte e verificarão que esta não é a solução miraculosa para as nossas necessidades.

Carlos Afonso Moura Teixeira do PSD – usou de novo a palavra para dizer que a questão que se coloca é que a Autarquia tem um défice tarifário que tendencialmente e acompanhado de medidas de eficiência de gestão, irá sendo atenuado.

O recurso financeiro proveniente do défice de gestão poderá ser utilizado em obras de recuperação e reabilitação da rede ou na redução da tarifa, mas isso é um ato de gestão. Não é desonestidade nenhuma dizer-se que vai haver redução efetiva de preços para a Câmara Municipal, que se virá a refletir em todos nós. Porque o défice tarifário é um imposto encoberto que todos pagamos e o dinheiro que vai para aí não pode ser utilizado noutros serviços públicos essenciais. Quando a Autarquia não nos cobra aquilo que paga é o orçamento municipal, como um todo, que tem de suportar a diferença.

Pela primeira vez, nos últimos anos, um governo toma uma medida em concreto que favorece claramente o interior.

Coloquei em causa os preços mas nunca coloquei em causa a qualidade dos serviços que as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro nos prestam, que em meu entender é de nível europeu. O problema está na adoção de medidas de racionalidade económica, entre as quais setenta administradores e trezentos diretores, que não tem cabimento.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

É evidente que a dívida do município não se resolve com oitocentos mil euros, mas a verdade é que estar dentro do sistema multimunicipal e ser acionista também não resolve absolutamente nada, com a agravante de termos a obrigação de comprar, em



exclusivo, a água à empresa. Deixar de o ser é também poder ganhar a liberdade de poder produzir a água e de a introduzir no sistema.

É verdade que na década de noventa o problema de água em Chaves, nomeadamente na bacia do Tâmega mais próxima, desde Lamarcos até Vidago, era gravíssimo. No entanto devemos lembrar que quem esteve à frente da gestão da Municipal em toda a década de noventa foi o Partido Socialista e não fez rigorosamente nada para inverter a situação. E eu pergunto porque é que a Câmara de então, sabendo que tinha água sem qualquer qualidade e em pouca quantidade, não procurou resolver o problema? Os furos na veiga, feitos através do PDRITM, pelo Ministério da Agricultura, que inicialmente se destinavam a rega, foram utilizados para abastecimento de água e água de altíssima qualidade, que hoje estamos impedidos de incorporar no sistema porque somos obrigados a comprá-la às Águas de Trás-os-Montes e futuramente às Águas do Norte. O Município de Boticas não compra uma gota de água às Águas de Trás-os-Montes e vai sair do sistema. No entanto a sua água é uma das melhores do país.

Também não temos culpa do mau planeamento. A estação de tratamento de águas da barragem dos Pisões foi construída para abastecer de água Boticas, Montalegre, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena. De todos apenas o Município de Chaves consome água dos Pisões. Junto à barragem das Nogueirinhas foi construída uma central de tratamento para abastecer a parte alto do Concelho de Chaves e o Concelho de Valpaços. Está parada. Nunca funcionou. Esse mau planeamento/investimento é pago por todos nós.

Apesar de Chaves consumir muita água, quando não chegamos ao patamar mínimo a empresa debita-nos consumos mínimos e é contra esse tipo de situações que podemos lutar se estivermos fora do sistema.

Ao longo dos anos temos vindo a investir nas infraestruturas de água e saneamento, sempre que há remodelação de pavimentação de arruamentos da cidade. Na freguesia da Madalena fizemos investimentos de mais de um milhão de euros na rede de saneamento porque ali nada existia.

Não é verdade que não tenhamos feito pagamentos. Fizemos pagamentos no valor de 18.250.734,00€ e no corrente ano já pagamos de água e de resíduos sólidos 1.325.677,00€.

O que estou a pedir a esta Assembleia é a possibilidade de negociar e sair do sistema e, saindo, poderei incorporar água dos furos da veiga. Só compraremos a água que nos fizer falta, à semelhança do que faz o Município de Vila Real. E quem sabe se a barragem das Nogueirinhas não poderá a vir a ser aproveitada e posta a funcionar.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – usou novamente da palavra para dizer que na década de noventa não houve financiamento comunitário para a vertente ambiente – água e saneamento. Esse financiamento teve maior relevância na década de dois mil. A intervenção pública não teve consequência nas ações. Foi tomada uma posição pública, discordemos ou não dela, mas não foram consequentes com ela.

O Partido Socialista não está contra esta decisão do governo. Aliás é uma posição que vem na senda da que tinha sido assumida pela Ministra do PS, Maria de Lurdes Pássaro, embora tenha uma solução diferente. Isso para os municípios do interior parece-me interessante. É um sinal positivo. Mas o que estamos aqui a discutir não é



isso. Estamos somente a discutir a venda das ações e, em meu entender, está aqui a mesma motivação que estava subjacente à EHATB.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às perguntas que lhe foram colocadas pelo Senhor deputado Carlos Afonso dizendo que nas reuniões do Conselho de Administração da Empresa Águas de Trás-os-Montes os municípios votaram sempre contra o aumento das tarifas, mas isso nunca serviu de nada. Foi sempre a acionista maioritária, Águas de Portugal que decidiu unilateralmente. Também nunca foram ouvidos para definir a estrutura do quadro de pessoal e respetivos vencimentos.

O Senhor deputado Nuno Vaz acabou de dizer que concorda com a criação da Empresa Águas do Norte mas a verdade é que a declaração feita na Câmara Municipal pelos senhores Vereadores, em nome do Partido Socialista, foi de voto contra essa solução.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 47 votos a favor, zero abstenções e seis votos contra. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 11 – CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICATÁRIAS PARA CONSULTA DE FORNECEDORES NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO (EDIFÍCIOS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA). INFORMAÇÃO Nº 58/DRO/2015.

Não houve intervenções:

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 12 – RECONSTRUÇÃO/ALTERAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS. PEDIDO DE CERTIDÕES DE LOCALIZAÇÃO, ISENÇÃO DE IMI E IRS – CARLOS GARCIA ANTUNES – RUA DIREITA Nº. 167 E 169. FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DE 17.05.2015.

Não houve intervenções:

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 13 – DESIGNAÇÃO DO JURI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE TRÊS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DIVISÃO DE SUSTENTABILIDADE E COMPETITIVIDADE E UM CATRGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU – DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO. PROPOSTA Nº 72/GAP/2015.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Proposta do ponto onze vem à Assembleia Municipal por ter efeitos plurianuais.

Relativamente à proposta em discussão disse que anteriormente a competência para designação do júri era da Câmara Municipal e que, com a alteração da legislação, essa competência passou para a Assembleia Municipal.

Intervenções:



Nuno Vaz Ribeiro do PS – em relação ao ponto onze disse que, provavelmente, nem todas as pessoas sabem o que é um Agrupamento de Entidades Adjudicantes e que faria algum sentido explicar do que se trata.

É verdade que tem a ver com os efeitos dos encargos repartidos por vários anos económicos sucessivos mas devia ser explicado de que se está a falar e isso é função de quem apresenta as propostas.

Relativamente a este ponto é importante informar a Assembleia Municipal mesmo que não seja sua competência porque esta Órgão deve conhecer a atividade da Câmara Municipal e perceber algumas mudanças que vão acontecendo.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que em relação à proposta do ponto onze não está em causa a Assembleia autorizar ou não o Agrupamento porque isso é competência da Câmara Municipal. São só os efeitos plurianuais dos contratos que vêm para aprovação.

Nas atas da Câmara está definido o sentido da reestruturação que se quis dar à reorganização dos serviços. Com esta reestruturação quisemos criar condições voltadas para o desenvolvimento do concelho e para a preservação/salvaguarda do Centro Histórico. Ao criar mais estas duas estruturas, tiveram de se fundir outras para não ultrapassar o limite a que estamos sujeitos.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Senhor Presidente da Mesa** depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, às vinte horas e quinze minutos, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____